



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Centro de Referência em Ensino a Distância

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Área de Conhecimento: Ensino/ Área de Concentração: Administração – 6.02.00.00-
6 Modalidade: Educação a Distância (EaD)

Curso Autorizado pela Resolução CONSUP/IFTO N.º
432, de 19 de maio de 2026.

PPC APLICADO A ESTUDANTES INGRESSANTES A PARTIR DE 2026.

PALMAS – TO

2026



Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, conjunto 1, Lote 8 - Plano
Diretor Sul, Palmas/TO — CEP 77020-450
Tel: (63) 3229-2241/ portal.ifto.edu.br/cread — cread@ifto.edu.br

Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Nayara Dias Pajeú Nascimento

Pró-Reitora de Ensino

Milton Maciel Flores Junior

Pró-Reitor de Extensão

Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Darcy Alves do Bonfim

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação

Antonio da Luz Júnior

Diretor do Centro de Referência em Ensino a Distância (CREAD)

**Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação
lato sensu em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas no Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**

PORTARIA REI/IFTO n.º 1264/2025, de 07 de agosto de 2025

Gislaine Pereira Sales Guimarães

Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Táisa Resende de Moraes Vieira

Janaina Maria Andrade Aires

Khellen Cristina Pires Correia Soares

Revisor Textual (PORTARIA REI/IFTO n.º 106/2026, de 29 de janeiro de 2026)

Marco Aurélio Pereira Mello

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1. CONCEPÇÃO DO CURSO	8
1.1. JUSTIFICATIVA.....	8
1.2. OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	12
1.2.1. Objetivo Geral.....	12
1.2.2. Objetivos Específicos	12
1.3. REQUISITOS DE ACESSO	13
1.4. APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	14
1.5. PERFIL DE EGRESSO.....	14
2. DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	15
2.1. CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	15
2.2. MATRIZ CURRICULAR	16
2.3. METODOLOGIA	18
2.4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ACADÊMICO	21
2.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	22
.....	22
2.6. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	24
2.7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	24
2.8. AVALIAÇÃO.....	24
2.9. CERTIFICAÇÃO	26
2.10. CASOS OMISSOS.....	27
.....	27
3. DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO	28
3.1. PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO.....	28
3.2. PERFIL DO CORPO DOCENTE.....	28
3.3. PERFIL DO CORPO TÉCNICO ESPECIALIZADO.....	29
3.4. PERFIL DO TUTOR PRESENCIAL	30
3.5. PERFIL DO COORDENADOR DE POLO DE APOIO A EAD.....	31
3.6. PERFIL DO TUTOR A DISTÂNCIA	32
3.7. DO COLEGIADO DE CURSO	33
4. OS AMBIENTES E EQUIPAMENTOS	34
4.1. SALA DE PROFESSORES.....	34
4.2. SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO.....	34
4.3. SALAS DE AULA	34
4.4. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	35
4.5. AMBIENTES DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS	35
4.6. BIBLIOTECA.....	36
4.7. REFEITÓRIO	36

4.8. ESPAÇO DE VIVÊNCIA DISCENTE	36
4.9. AMBIENTE DE ACESSO A TICs	36
4.10. POLOS DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	37
5. DO APRIMORAMENTO CONTÍNUO DO PROJETO DE CURSO	39
5.1. RELATÓRIO SOBRE ACESSO ESTUDANTIL.....	39
5.2. RELATÓRIO SOBRE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL	39
5.3. RELATÓRIO SOBRE ÊXITO ESTUDANTIL	40
5.4. RELATÓRIO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO	40
5.5. RELATÓRIO SOBRE INFRAESTRUTURA	41
6. REFERÊNCIAS	42
7. APÊNDICE A - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO.....	44
8. APÊNDICE B - EMENTÁRIO	45
9. APÊNDICE C - PORTARIA DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC.....	55
10. APÊNDICE D - PORTARIA DE REVISOR TEXTUAL E LINGÜÍSTICO DO PPC.....	56

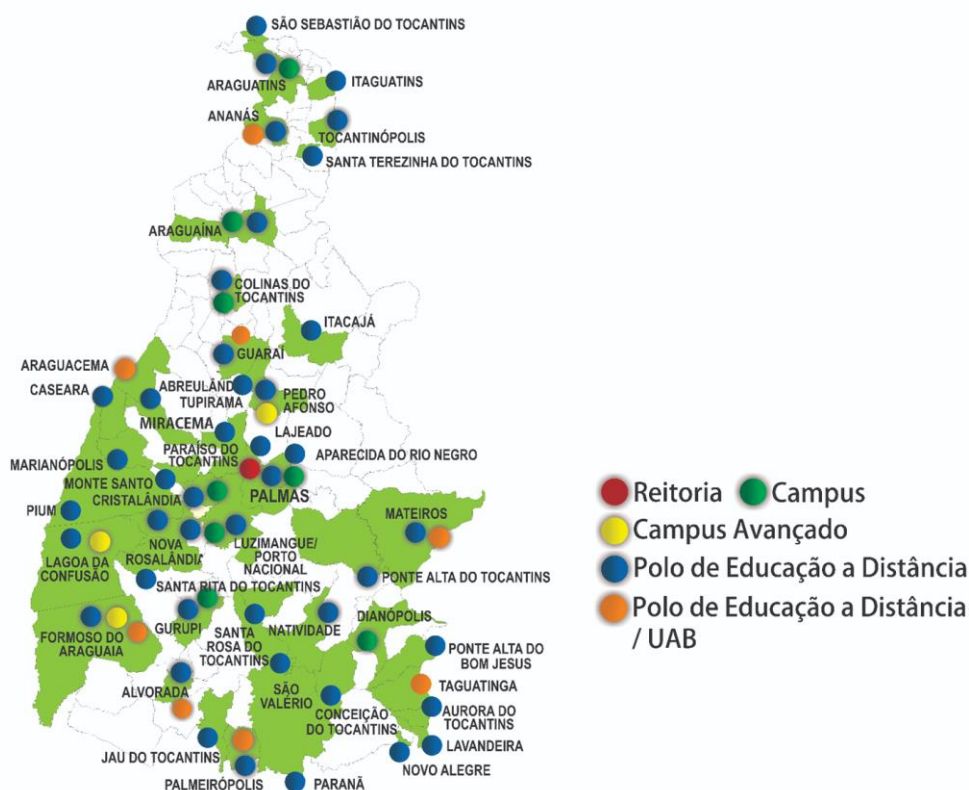
APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) foi criado em 2008 pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conceituando-se como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Criado para atuar em todo o Estado do Tocantins para ofertar educação pública de qualidade do ensino básico ao superior, o IFTO tem como compromisso manter a oferta de pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio e oferta de pelo menos 20% das vagas para os cursos de licenciatura e de formação de professores, conforme disposto na Lei de n.º 11.892, de 2008.

Os cursos superiores de tecnologia e de bacharelado representam 30% das vagas a serem ofertadas, podendo ainda ser oferecidos cursos *latos* e *stricto sensu*. Além dos cursos na modalidade presencial, o IFTO tem implantado cursos na modalidade Educação a Distância. O IFTO conta atualmente com doze unidades educacionais: *Campus Araguaína*, *Campus Araguatins*, *Campus Colinas do Tocantins*, *Campus Formoso do Araguaia*, *Campus Lagoa da Confusão*, *Campus Pedro Afonso*, *Campus Dianópolis*, *Campus Gurupi*, *Campus Palmas*, *Campus Paraíso do Tocantins*, *Campus Porto Nacional*, *Campus Tocantinópolis* e o Centro de Referência em Educação a Distância (Cread), além de Polos de Apoio à Educação a Distância, e a sua Reitoria está situada na capital do estado, Palmas – TO (Figura 1).

Figura 1 - Campi e polos de Educação a Distância do IFTO no estado do Tocantins

O Centro de Referência em Educação a Distância (Cread) do Instituto Federal do Tocantins, instituído com base na Portaria n.º 1.291/2013 do Ministério da Educação, consolidou-se como uma estratégia institucional voltada à interiorização,



democratização e inovação da educação profissional e tecnológica na modalidade a distância. Por meio da articulação de parcerias e do uso de tecnologias educacionais, o Cread tem ampliado o acesso à formação técnica no estado, contribuindo para o fortalecimento das redes públicas de ensino, a inclusão educacional e o desenvolvimento regional sustentável.

No período de 2020 a 2025, ofertou cursos em diferentes eixos tecnológicos, contemplando áreas como Gestão e Negócios, Recursos Naturais, Informação e Comunicação, Ambiente e Saúde, e Desenvolvimento Educacional e Social, com formação em Administração, Agronegócio, Informática para Internet, Meio Ambiente, Serviços Públicos, Marketing e Tradução e Interpretação de Libras. Essa diversidade de ofertas permitiu atender às demandas regionais, ampliar oportunidades de qualificação profissional e fortalecer a inovação, o empreendedorismo e a gestão

pública.

Ao integrar tecnologia, formação docente e gestão pedagógica em rede, o Cread reafirma seu papel como instrumento de transformação educacional no Tocantins, promovendo capilaridade institucional, permanência estudantil e excelência na formação.

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas, ofertado na modalidade a distância e vinculado à área de Administração, conforme o código 6.02.00.00-6 da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Dessa forma, a oferta do curso de especialização em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas no IFTO, vinculado ao Programa de Residência Técnica, implantado por meio da parceria entre o Instituto Federal do Tocantins e a Prefeitura Municipal de Palmas, nos termos da Lei Municipal n.º 2.986/2023 e suas alterações, se configura como uma política pública inovadora e de alto impacto, promovendo um ciclo virtuoso entre educação superior, qualificação profissional e fortalecimento institucional. Por meio da cooperação entre o IFTO e a Prefeitura, busca-se fomentar a geração de oportunidades, o desenvolvimento de competências e a construção de soluções eficazes para os desafios enfrentados pela gestão pública municipal.

A seguir, no Quadro 1, são apresentadas a identificação da unidade ofertante e a identificação e especificações do curso:

Quadro 1: Identificação

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OFERTANTE					
Nome:	Centro de Referência em Educação a Distância (Cread) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins				
CNPJ:	10.742.006/0001-98				
End.:	Quadra 202 Sul Avenida Joaquim Teotônio Segurado, ACSU SE 20, conjunto 01, Plano Diretor Sul				
Cidade:	Palmas	UF:	TO	CEP:	77020-450
Fone:	(63) 3229-2241				
E-mail:	cread@ifto.edu.br				
Portal:	http://portal.ifto.edu.br/cread				
Código INEP	17087813				
IDENTIFICAÇÃO DO CURSO					
Nome do Curso:	Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas				
Nível de Ensino:	Educação Superior				
Tipo de Curso:	Pós-graduação				
Tipo de Oferta:	<i>Lato sensu</i>				
Modalidade de Ensino:	Educação a Distância				
Habilitação/Titulação:	Especialização/Especialista em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas				
Eixo Tecnológico:	Gestão e Negócios				
Organização do Tempo Escolar/Acadêmico:	Anual				
Periodicidade de Acesso:	Por demanda ou Renovação de oferta				
Tempo de Aula (minutos):	60				
Modalidade da Oferta:	A Distância				
Percentual de Carga Horária Ofertada a Distância (%):	80%				
Natureza da Oferta:	Parceria entre Órgãos do Governo				
Carga Horária do Curso (hora/relógio):	360h				
Duração Mínima e Máxima do Curso (meses):	mínimo 12 meses e máximo 24 meses.				
Vagas ofertadas:	300 vagas				
Instituições parceiras:	Prefeitura Municipal de Palmas				

CONCEPÇÃO DO CURSO

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é objetivo dos IFs a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento. Além disso, a mesma Lei, em seu artigo 8º, que estabelece os percentuais de oferta de cursos em seus diferentes níveis, determina que os Institutos Federais têm a missão e a obrigatoriedade de ofertar no mínimo 30% de suas vagas para cursos de bacharelado e engenharia, pós-graduação *stricto sensu* e pós-graduação *lato sensu*.

A modernização da administração pública municipal exige a atuação de profissionais qualificados, atualizados e comprometidos com a melhoria contínua dos processos institucionais e da oferta de serviços à população. A crescente complexidade das demandas sociais, aliada à evolução tecnológica e às exigências por eficiência, transparência e inovação no setor público, torna indispensável o investimento na formação prática e especializada de novos quadros profissionais. Nesse contexto, o Programa de Inovação e Desenvolvimento Profissional em Residência Jurídica, Gestão Pública e Multidisciplinar surge como resposta estratégica a esse cenário, ao oferecer aos egressos do ensino superior uma formação técnico-profissional supervisionada, atrelada a cursos de pós-graduação, e desenvolvida em ambiente real de gestão pública. A iniciativa busca atender, de forma transversal, às necessidades de qualificação de diversos órgãos e setores da administração direta e indireta do município de Palmas.

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED, 2025), o Tocantins registrou, em março de 2025, saldo positivo de 933 novas vagas com carteira assinada, resultado de 11.879 admissões e 10.946 desligamentos. O principal destaque foi o setor de Serviços, que terminou o mês com saldo de 706 vagas. A capital Palmas foi o município com melhor saldo no estado em março, tendo gerado 332 novos postos, com estoque de 110.770 mil empregos formais.

Por sua vez, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) possui mais de 7.000 alunos matriculados e oferece mais de 30 cursos de graduação, constituindo-se como uma das principais instituições formadoras de profissionais no estado.

Apesar dessa expressiva formação, muitos desses egressos encontram dificuldades para obter experiência prática e ingressar em cargos compatíveis com sua qualificação. Ao mesmo tempo, a Prefeitura de Palmas enfrenta desafios na manutenção de equipes técnicas atualizadas, na execução de projetos estratégicos e na modernização de processos administrativos.

O IFTO, como uma instituição de ensino pública e com forte compromisso com a educação inclusiva e de qualidade, está estrategicamente posicionado para oferecer curso de especialização com a expertise necessária para a formação desses profissionais. Com sua infraestrutura e corpo docente qualificado, apresenta-se como ambiente ideal para o desenvolvimento dessa especialização, atendendo à demanda do Município de Palmas e região, com a possibilidade de impactar positivamente a formação de gestores, técnicos e servidores públicos que atuem ou pretendam atuar com planejamento e avaliação de políticas públicas, por meio do Curso de Especialização em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas na modalidade a distância.

Neste contexto, esta especialização visa preparar especialistas com habilidades analíticas, técnicas e críticas para planejar, executar, monitorar e avaliar programas, projetos e políticas públicas com base em evidências e boas práticas. Os componentes curriculares foram cuidadosamente elaborados para promover uma formação interdisciplinar e aplicada, contemplando desde fundamentos teóricos das políticas públicas até metodologias de avaliação e ferramentas de gestão estratégica. Além disso, os períodos letivos e os conteúdos foram organizados de acordo com as diretrizes do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFTO, respeitando os interesses, as capacidades dos estudantes e as particularidades regionais, garantindo formação alinhada às necessidades do contexto sociopolítico e administrativo dos municípios tocantinenses e da Região Norte do país.

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está em conformidade com o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, aprovado pela Resolução n.º 31/2015/CONSUP/IFTO, de 25 de junho

de 2015, e com as Diretrizes e Normas Institucionais para a oferta de cursos na modalidade a distância — inclusive os cursos presenciais com disciplinas ofertadas parcial ou integralmente nessa modalidade — aprovadas pela Resolução Consup n.º 368/2025. Dessa forma, o curso contribui para a formação continuada dos profissionais envolvidos direta ou indiretamente com a gestão pública, visando preparar especialistas com habilidades analíticas, técnicas e críticas para planejar, executar, monitorar e avaliar programas, projetos e políticas públicas com base em evidências e boas práticas.

Além de afim ao Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, aprovado pela Resolução n.º 31/2015/CONSUP/IFTO, de 25 de junho de 2015, e às Diretrizes e Normas Institucionais para a oferta de cursos na modalidade a distância — inclusive os cursos presenciais com disciplinas ofertadas parcial ou integralmente nessa modalidade — aprovadas pela Resolução Consup n.º 368/2025, a presente proposta de curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, em particular as citadas abaixo:

- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto n.º 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica;
- Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007, que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Resolução n.º 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e

normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior;

- Resolução CNE/CES n.º 4, de 11 de dezembro de 2018, que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES n.º 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior;

- Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

- Resolução n.º 4, de 16 de julho de 2021, que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES n.º 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

Decreto n.º 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O ensino a distância no IFTO teve início em 2009, com a oferta de cursos técnicos vinculados à Rede e-tec Brasil/Setec/MEC. Desde então, a instituição tem se dedicado ao atendimento da comunidade tocantinense, expandindo a oferta de cursos em 2011 e 2012, e em 2017 firmou parceria com a Rede Estadual de Educação do Tocantins, por meio do programa MedioTec. Em 2020, o IFTO passou a oferecer, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), cursos superiores a distância, incluindo Licenciatura em Pedagogia, Educação Profissional e Tecnológica e Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

Com o objetivo de ampliar o acesso à educação no estado, oferecendo cursos gratuitos e públicos na modalidade a distância, o IFTO criou, em agosto de 2019, o Centro de Referência em Educação a Distância (Cread). O Cread foi criado para apoiar o cumprimento da missão institucional, compreendendo a educação como prática social, com serviços e produtos voltados à população. Regionalmente, a criação do Cread permitiu o atendimento às demandas urgentes do mercado local,

considerando que a economia do Tocantins é baseada principalmente em recursos naturais, agropecuários e serviços. Em novembro de 2019, o IFTO firmou parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica com a meta de oferecer 10 mil vagas em cursos técnicos de nível médio, conforme a demanda dos municípios tocanтинenses.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Objetivo Geral

Capacitar profissionais para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, considerando a realidade brasileira, os marcos legais e os desafios contemporâneos da gestão pública.

Objetivos Específicos

- Compreender os fundamentos teóricos e legais das políticas públicas;
- Desenvolver competências para o planejamento estratégico no setor público;
- Aplicar metodologias de avaliação e indicadores de desempenho;
- Analisar criticamente experiências e modelos de gestão pública;
- Promover a inovação e a inclusão na formulação de políticas.

REQUISITOS DE ACESSO

O ingresso se dará por meio de processo seletivo público simplificado, com base em análise de histórico escolar e avaliação curricular (titulação, formação continuada extracurricular e experiência em estágio extracurricular), ou, alternativamente, por prova teórico-objetiva, a depender do perfil das vagas ofertadas. O edital de seleção será amplamente divulgado e regulamentado por comissão organizadora instituída por portaria.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins promove o ingresso de estudantes nos cursos de pós-graduação *lato sensu* de acordo com os critérios apresentados no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFTO em vigência, mediante edital e respectivos prazos estabelecidos. A matrícula dos candidatos aprovados dar-se-á

conforme procedimentos previstos no regulamento em vigência.

Serão ofertadas 300 (trezentas) vagas. O processo seletivo para ingresso no curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas será regido por Edital específico a cada oferta, nos meses que antecedem o início das aulas, elaborado por comissão instituída pela Coordenação-Geral do Programa de Inovação e Desenvolvimento Profissional em Residência Jurídica, Gestão Pública e Multidisciplinar, por meio de portaria de pessoal, composta por docentes e/ou servidores técnico-administrativos do IFTO, que poderá adotar um ou mais dos seguintes critérios de seleção:

- Prova de seleção;
- Análise de pré-projeto de pesquisa;
- Análise de Curriculum Lattes;
- Entrevista;
- Carta de intenção.

O público-alvo deste curso é constituído preferencialmente por profissionais que atuam ou desejam atuar na educação nas redes públicas de ensino (municipal, estadual/distrital e federal); e, no caso de vagas remanescentes, o público-alvo será estendido aos demais graduados que possuam interesse em atuar na Educação.

APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimento e experiências anteriores deve ser comprovado na coordenação do curso, por meio de abertura de processo, e poderá ser realizado até 10 (dez) dias antes do início do semestre, para verificação junto ao colegiado do curso da viabilidade de aproveitamento em relação à disciplina solicitada.

PERFIL DE EGRESSO

O curso de Especialização em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas na modalidade a distância propõe ter como perfil de egressos profissionais qualificados para atuar de forma estratégica e crítica na formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Com formação interdisciplinar e visão sistêmica da administração pública, o profissional estará apto a promover a

inovação, a eficiência e a efetividade na implementação de programas governamentais, considerando os princípios da legalidade, equidade, transparência e participação social.

Esse profissional terá competências técnicas e analíticas voltadas à compreensão dos processos de planejamento e das ferramentas de avaliação de políticas públicas, bem como habilidades para integrar diferentes áreas do conhecimento e articular ações intersetoriais no âmbito da gestão pública e da governança democrática. Sua formação também permitirá o uso de metodologias participativas, de análise de dados e de indicadores sociais para subsidiar a tomada de decisão com base em evidências. O egresso poderá atuar em diferentes níveis da administração pública (municipal, estadual e federal), em órgãos de controle, instituições do terceiro setor, organismos internacionais e empresas que atuem com assessoria ou consultoria pública, contribuindo significativamente para o aprimoramento das políticas públicas e para o fortalecimento institucional do Estado brasileiro.

DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso está organizado por disciplinas, com uma carga horária total de 360 (trezentos e sessenta) horas destinadas às disciplinas e ao Trabalho de Conclusão de Curso.

CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A concepção pedagógica do Curso de Especialização em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas, ofertado na modalidade de Educação a Distância (EaD), fundamenta-se na perspectiva da formação continuada crítica, reflexiva e aplicada, voltada ao fortalecimento das capacidades analíticas, técnicas e ético-políticas de profissionais que atuam na gestão pública, no planejamento governamental e na avaliação de programas, projetos e políticas públicas em distintas esferas administrativas. O curso estrutura-se a partir da articulação entre fundamentos teóricos, análise de contextos reais e desenvolvimento de competências profissionais orientadas à tomada de decisão, ao monitoramento e à avaliação baseada em evidências.

No âmbito da pós-graduação lato sensu, a proposta formativa orienta-se pela integração entre teoria e prática, reconhecendo a complexidade do campo das políticas públicas e a necessidade de abordagem interdisciplinar. Nesse sentido, o curso dialoga com referenciais da administração pública, economia, direito, sociologia, ciência política, estatística e gestão, promovendo uma compreensão ampliada dos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A organização didático-pedagógica do curso valoriza metodologias ativas, práticas colaborativas e o uso qualificado das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), com vistas ao fortalecimento da autonomia intelectual do estudante, sem prejuízo da mediação docente e do acompanhamento pedagógico contínuo. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) constitui-se como espaço de interação, comunicação, disponibilização de conteúdos multimodais, realização de atividades assíncronas e síncronas e acompanhamento acadêmico.

A proposta pedagógica também reconhece que a formação em EaD deve assegurar, de forma articulada, tanto atividades mediadas por tecnologias quanto momentos presenciais obrigatórios, previstos no curso, especialmente para avaliações de aprendizagem, orientações presenciais, vivências supervisionadas e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, em conformidade com a regulamentação institucional vigente. Assim, o curso busca formar especialistas aptos a atuar com ética, compromisso social, transparência, rigor técnico e sensibilidade institucional, contribuindo para o fortalecimento da governança pública e da gestão democrática.

MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas é composta por oito disciplinas obrigatórias, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), totalizando 360 (trezentas e sessenta) horas, computadas em hora-relógio de 60 (sessenta) minutos. O estágio curricular supervisionado não constitui componente obrigatório do curso e, por essa razão, não integra a matriz curricular.

Em atendimento às Diretrizes Institucionais para a Educação a Distância do IFTO, o PPC deverá apresentar, de forma expressa, a distribuição

percentual da carga horária do curso entre atividades a distância e atividades presenciais obrigatórias. Assim, do total de 360 horas do curso, 280 horas serão desenvolvidas por meio de atividades a distância e 80 horas corresponderão a atividades presenciais obrigatórias, compreendendo, entre outras, avaliações presenciais, orientações presenciais previstas no curso, vivências supervisionadas e defesa presencial do TCC. Esse detalhamento deverá constar de forma clara e inequívoca em todo o texto da organização curricular.

A distribuição das disciplinas e de suas respectivas cargas horárias será organizada em horário acadêmico elaborado pela coordenação do curso e divulgado aos estudantes com a devida antecedência. O calendário acadêmico e os horários de aula deverão ser publicados no Ambiente Virtual de Aprendizagem e nos meios institucionais pertinentes, com atualização sempre que necessária, assegurando ampla publicidade e previsibilidade do percurso formativo.

O curso terá prazo mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses para integralização. O calendário acadêmico deverá contemplar a distribuição dos períodos letivos, datas de oferta das unidades curriculares, momentos presenciais obrigatórios, períodos avaliativos, datas de orientação e defesa do TCC, bem como demais informações acadêmicas necessárias ao adequado acompanhamento do curso por estudantes e docentes.

Quadro 2 - Matriz curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas

	Disciplinas	C/H Presencial*	C/H EaD	C/H Total*
	Ambientação em Educação a Distância	6	24	30
	Estado, Governo e Sociedade	6	24	30
	Políticas Públicas	12	48	60
	Planejamento e Gestão Estratégica de Políticas Públicas	12	48	60
	Orçamento Público e Finanças Governamentais	6	24	30
	Monitoramento e Avaliação de	12	48	60

	Políticas Públicas			
	Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicadas à Administração Pública	6	24	30
	Trabalho de Conclusão de Curso	20	40	60
	Total	80	280	360
	Porcentagens	20%	80%	100%

*hora 60 min.

METODOLOGIA

A proposta metodológica do curso fundamenta-se nos princípios da Educação a Distância, compreendida como processo de ensino e aprendizagem mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, com organização pedagógica orientada pela interação, pela mediação docente, pela autonomia discente e pela articulação entre formação teórica e prática. Nessa perspectiva, a formação acadêmica ocorre por meio de atividades a distância e de momentos presenciais obrigatórios, planejados de forma integrada, com vistas à aprendizagem significativa e ao desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso.

No curso, as atividades acadêmicas serão organizadas em três modalidades: atividades a distância assíncronas, atividades a distância síncronas e atividades presenciais obrigatórias.

As atividades a distância assíncronas serão desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, por meio de leituras orientadas, fóruns de discussão, estudos dirigidos, questionários, produção textual, elaboração de atividades colaborativas, postagem de trabalhos, produção de materiais audiovisuais e demais estratégias compatíveis com os objetivos de aprendizagem de cada unidade curricular.

As atividades a distância síncronas correspondem às ações pedagógicas realizadas em tempo coincidente, com utilização de recursos de áudio e vídeo, nas quais estudantes e docentes, ou outro responsável pela atividade formativa, encontram-se em lugares distintos. Nessa modalidade, poderão ser realizadas aulas virtuais ao vivo, webconferências, seminários, plantões de dúvidas, orientações acadêmicas e encontros de acompanhamento. Tais atividades, embora ocorram em

tempo real, não se confundem com atividades presenciais.

As atividades presenciais obrigatórias serão realizadas na sede da instituição, nos polos de apoio presencial ou em ambientes profissionais vinculados à formação, quando cabível, conforme previsto neste PPC. Incluem-se, entre essas atividades, as avaliações presenciais de aprendizagem, as orientações presenciais previstas no curso, as vivências supervisionadas e a defesa presencial do Trabalho de Conclusão de Curso. Em conformidade com a regulamentação institucional vigente, as atividades presenciais previstas no curso deverão estar claramente identificadas na organização curricular e no calendário acadêmico.

As avaliações de aprendizagem serão obrigatoriamente presenciais, vedada sua equiparação às atividades síncronas a distância. Do mesmo modo, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso será obrigatoriamente presencial. O processo avaliativo será contínuo e diversificado, contemplando também atividades desenvolvidas no AVA; contudo, o peso das atividades e avaliações presenciais prevalecerá sobre as demais notas atribuídas ao estudante.

A disciplina Trabalho de Conclusão de Curso contará com orientação acadêmica ao longo de seu desenvolvimento, mediante encontros a distância síncronos e encontros presenciais, conforme cronograma definido pela coordenação do curso e pelo professor orientador. A elaboração do trabalho deverá articular fundamentos teóricos, análise crítica e aplicabilidade ao campo do planejamento e da avaliação de políticas públicas, culminando em defesa presencial.

O acompanhamento pedagógico do curso ocorrerá de forma contínua por meio do AVA institucional, adotado pelo IFTO, o Moodle, que deverá disponibilizar materiais didáticos, trilhas de aprendizagem, instrumentos avaliativos, canais de comunicação e recursos de acompanhamento da participação discente. O ambiente deverá favorecer a interação entre estudantes, professores formadores, tutores e demais profissionais envolvidos, além de possibilitar acesso a conteúdos para consulta online e download, realização de atividades formativas e de recuperação da aprendizagem, revisão de feedbacks e acompanhamento acadêmico.

A metodologia do curso também contemplará ações de pesquisa e extensão como dimensões constitutivas da formação, com vistas à ampliação da articulação entre conhecimento acadêmico, realidade social e atuação profissional. Para tanto, será incentivada a participação discente em editais institucionais, seminários,

congressos, feiras, projetos e demais atividades acadêmico-científicas relacionadas ao campo das políticas públicas.

O curso terá início com a disciplina Ambientação em Educação a Distância, com carga horária de 30 (trinta) horas, voltada à apropriação das metodologias da EaD, ao uso do AVA institucional, à organização dos estudos e ao desenvolvimento de competências digitais para participação qualificada nas atividades acadêmicas. A ambientação, contudo, deverá ser compreendida como ação permanente de apoio ao estudante ao longo de todo o percurso formativo.

Para assegurar a articulação entre teoria e prática, o curso contará com atividades presenciais de orientação, acompanhamento e vivência profissional supervisionada, realizadas nos polos presenciais concentrados na Escola de Governo de Palmas (EGP), que oferecerá a estrutura física necessária ao apoio das ações formativas vinculadas ao Programa de Residência. Nesses espaços, os residentes contarão com o acompanhamento de preceptores presenciais, que atuarão no desenvolvimento das competências previstas no curso e na integração entre os componentes curriculares, a prática profissional e o contexto institucional de atuação.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ACADÊMICO

Cada unidade curricular contará com, no mínimo, dois instrumentos de avaliação da aprendizagem, sendo ao menos um deles realizado em momento presencial obrigatório, conforme previsto neste PPC e na regulamentação institucional vigente. Será considerado aprovado no componente curricular o estudante que atender aos critérios de aproveitamento e à frequência mínima exigidos pela regulamentação institucional vigente e pelas atividades previstas na respectiva unidade curricular.

A avaliação da aprendizagem terá caráter processual, formativo e cumulativo, considerando o desenvolvimento das competências, habilidades e conhecimentos previstos em cada componente curricular. Os instrumentos avaliativos poderão ser diversificados, de acordo com a natureza da unidade curricular, e compreender atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, trabalhos individuais ou em grupo, estudos dirigidos, pesquisas, seminários, relatórios, projetos, exercícios e demais estratégias didático-pedagógicas previstas no plano de ensino.

Em conformidade com a regulamentação institucional vigente para a oferta de cursos na modalidade a distância, as avaliações presenciais constituirão componente obrigatório do processo avaliativo e terão prevalência sobre as demais atividades desenvolvidas ao longo do curso.

O estudante que deixar de realizar avaliação ou de entregar atividade avaliativa poderá solicitar nova oportunidade à coordenação do curso, no prazo e nas condições estabelecidas pela regulamentação institucional vigente, mediante apresentação de justificativa e documentação comprobatória, quando exigidas.

O aproveitamento acadêmico em cada componente curricular será aferido pelo docente responsável, em conformidade com este PPC, com o plano de ensino da unidade curricular e com a regulamentação institucional vigente.

O estudante que não atender aos critérios de aproveitamento e frequência estabelecidos poderá ser submetido aos procedimentos de recuperação da aprendizagem e demais encaminhamentos acadêmicos previstos nas normas institucionais aplicáveis.

A permanência do estudante no curso e as condições relativas à reprovação em componentes curriculares obedecerão ao disposto na regulamentação institucional vigente e nas normas acadêmicas aplicáveis aos cursos de pós-graduação lato sensu do IFTO.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para a integralização do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas, será obrigatória a elaboração, apresentação e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O trabalho poderá ser desenvolvido individualmente ou em dupla, conforme regulamentação definida pelo Colegiado do Curso, e deverá resultar de produção autoral, elaborada com observância das normas acadêmicas e técnicas vigentes.

O TCC poderá assumir a forma de artigo científico, estudo de caso, pesquisa aplicada, revisão bibliográfica ou projeto de intervenção vinculado ao

contexto profissional ou institucional do estudante, desde que apresente pertinência temática com o campo do planejamento, do monitoramento e da avaliação de políticas públicas. Recomenda-se que o trabalho privilegie a análise de problemas concretos e a proposição, implementação ou avaliação de soluções práticas e fundamentadas para a gestão pública.

A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada por docente vinculado ao curso ou por preceptor integrante do Programa de Residência, desde que possua titulação mínima de especialista e aderência técnico-científica à temática desenvolvida. O processo de orientação ocorrerá ao longo do desenvolvimento do trabalho, por meio de encontros a distância síncronos e/ou presenciais, conforme cronograma definido pela coordenação do curso.

A apresentação e a defesa do TCC serão obrigatoriamente presenciais, perante banca examinadora designada para esse fim, em conformidade com a regulamentação institucional vigente e com a organização didático-pedagógica do curso.

A banca examinadora será composta pelo orientador, que a presidirá, ou por substituto por ele indicado, por um docente pertencente ao quadro de servidores do IFTO e por um profissional interno ou externo à instituição que possua reconhecida competência na temática do trabalho. Compete ao orientador indicar os membros da banca examinadora, observadas as normas institucionais aplicáveis.

A defesa do TCC compreenderá as seguintes etapas:

I – instalação da banca examinadora;

II – exposição oral do trabalho pelos estudantes, em prazo a ser definido pela coordenação do curso;

III – arguição pelos membros da banca, assegurado aos estudantes tempo adequado para resposta;

IV – deliberação da banca quanto à aprovação ou reprovação e divulgação do resultado final.

Os critérios de avaliação do TCC, considerando o trabalho escrito, a apresentação oral e a arguição, serão estabelecidos pelo Colegiado do Curso, em conformidade com o regulamento institucional vigente, e divulgados previamente aos estudantes. Será considerado aprovado o estudante que atender aos critérios e à nota mínima definidos no regulamento vigente.

Somente poderá submeter-se à defesa o estudante que tiver integralizado, com êxito, todos os componentes curriculares obrigatórios do curso. A temática do TCC deverá ser definida em comum acordo entre estudante(s) e orientador, observando-se a pertinência com os objetivos formativos do curso.

Caberá ao estudante, com o acompanhamento do orientador, solicitar o agendamento da defesa com antecedência mínima estabelecida pelo curso e encaminhar o trabalho à banca examinadora no prazo previamente definido pela coordenação. Após a defesa, em caso de aprovação, o estudante deverá entregar a versão final do TCC, com os ajustes eventualmente solicitados pela banca, dentro do prazo estipulado pelo Colegiado do Curso, para fins de arquivo, registro e composição do repositório institucional.

Em caso de reprovação, o estudante poderá reapresentar o TCC, desde que respeitado o prazo máximo de integralização do curso. Em caso de desistência ou não conclusão no período regulamentar, aplicar-se-ão as disposições institucionais pertinentes.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Não se aplica.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares não são obrigatórias no curso. No entanto, poderão ser incentivadas formas de participação em eventos que fazem parte do calendário de atividades do IFTO como um todo e de instituições parceiras. Considerando isso, é possível incentivar a formação de profissionais que buscam integrar na sua formação atividades culturais, científicas e artísticas, proporcionando uma troca de conhecimento coletivo entre os estudantes.

AValiação

A avaliação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas será desenvolvida em duas dimensões complementares: a avaliação da aprendizagem dos estudantes e a avaliação institucional do curso. Ambas terão como finalidade subsidiar o acompanhamento do

processo formativo, o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e a qualificação contínua da oferta acadêmica.

A avaliação da aprendizagem obedecerá ao disposto na regulamentação institucional vigente para os cursos de pós-graduação lato sensu do IFTO, tendo como referência o perfil do egresso, os objetivos do curso, as competências previstas neste PPC e os conhecimentos específicos de cada componente curricular. Nesse contexto, a avaliação assumirá caráter diagnóstico, formativo, processual e cumulativo, orientando-se pela análise qualitativa e quantitativa do desempenho discente ao longo do percurso formativo.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, compatíveis com a natureza dos componentes curriculares e previamente previstos nos respectivos planos de ensino, de modo a estimular a pesquisa, a reflexão crítica, a criatividade, a autonomia intelectual e a aplicação prática dos conhecimentos construídos no curso. Poderão ser adotados, entre outros, atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem, trabalhos individuais e em grupo, estudos dirigidos, projetos, relatórios, seminários, exercícios, pesquisas e avaliações presenciais.

Em conformidade com a regulamentação institucional vigente aplicável à Educação a Distância, as avaliações presenciais constituirão componente obrigatório do processo avaliativo, não se confundindo com atividades síncronas realizadas a distância. Os momentos presenciais de avaliação deverão estar expressamente previstos na organização acadêmica do curso e terão prevalência sobre as demais atividades avaliativas desenvolvidas ao longo do processo formativo.

A recuperação da aprendizagem compreenderá a adoção de estratégias pedagógicas voltadas à superação das dificuldades identificadas no processo de ensino e aprendizagem, observadas as disposições da regulamentação institucional vigente. Essas estratégias poderão incluir novas atividades, estudos dirigidos, orientações acadêmicas e outras ações de apoio compatíveis com as necessidades dos estudantes e com as características dos componentes curriculares.

A avaliação institucional do curso ocorrerá de forma sistemática, por meio dos instrumentos adotados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e, complementarmente, por mecanismos internos de acompanhamento promovidos pela coordenação do curso. Poderão ser utilizados questionários, formulários de avaliação das unidades curriculares, registros de acompanhamento acadêmico e outros

instrumentos destinados à escuta dos estudantes, docentes e demais profissionais envolvidos na oferta.

Os resultados da avaliação institucional deverão subsidiar processos de reflexão, revisão e aprimoramento do curso, abrangendo aspectos didático-pedagógicos, organizacionais, tecnológicos e administrativos, com vistas à garantia da qualidade acadêmica e ao fortalecimento da política institucional de permanência e êxito.

CERTIFICAÇÃO

O certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas será expedido pelo Instituto Federal do Tocantins ao estudante que cumprir integralmente os requisitos acadêmicos e administrativos previstos neste Projeto Pedagógico de Curso e na regulamentação institucional vigente aplicável aos cursos de pós-graduação lato sensu.

Para fins de certificação, o estudante deverá obter aprovação em todos os componentes curriculares obrigatórios do curso, cumprir as exigências de frequência e aproveitamento acadêmico estabelecidas na regulamentação institucional vigente, bem como ser aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso e entregar sua versão final nos prazos e condições definidos institucionalmente.

A expedição do certificado também estará condicionada à regularidade do estudante junto aos setores acadêmicos e administrativos competentes da instituição, observados os procedimentos e documentos exigidos para conclusão do curso.

O certificado será emitido em conformidade com a regulamentação institucional vigente e será acompanhado do respectivo histórico escolar, contendo as informações acadêmicas exigidas pelas normas aplicáveis aos cursos de pós-graduação lato sensu do IFTO.

Os procedimentos para registro, emissão e entrega da certificação observarão os fluxos, prazos e exigências definidos pelos setores responsáveis e pela regulamentação institucional vigente.

PAULA KARINI DIAS FERREIRA AMORIM
Reitora do Instituto Federal do Tocantins

CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste Projeto Pedagógico de Curso serão analisados e deliberados pela Coordenação do Curso, em articulação com as instâncias acadêmicas competentes, observando-se o disposto na regulamentação institucional vigente do IFTO aplicável aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, com as Diretrizes Institucionais para a Educação a Distância e com as demais normas legais e institucionais pertinentes.

DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO

PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO

O coordenador do Curso de Pós-graduação em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas deve compor o colegiado do curso e possuir, preferencialmente, formação na área de Gestão (e áreas afins) ou em Educação, com titulação em curso de pós-graduação *stricto sensu* e carga horária semanal dedicada totalmente à coordenação do curso, conforme estabelecido no Plano de Trabalho Individual.

As competências do coordenador de curso seguirão o disposto no Regulamento da Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFTO vigente e suas alterações.

PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente de cursos de pós-graduação *lato sensu* deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, dos quais 50% (cinquenta por cento), pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação, de acordo com o Regulamento que norteia a organização didático-pedagógica dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.

Cabe salientar também que o quadro docente será constituído preferencialmente por servidores do Instituto Federal do Tocantins. A atuação de

servidores de outros *campi* ou professores externos ao IFTO seguirá os critérios e os procedimentos do Regulamento da Atuação de Professor Voluntário. O perfil de formação acadêmica dos docentes está apresentado no quadro abaixo com as respectivas competências necessárias para as disciplinas do curso.

Quadro 3. Perfil de formação acadêmica dos docentes do curso.

Disciplina	Perfil de Formação Acadêmica
Ambientação em Educação a Distância	Graduação em Ciências da Computação ou áreas afins e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , preferencialmente, em Educação.
Estado, Governo e Sociedade	Graduação em Administração Pública, Economia, Ciências Sociais, Direito, Gestão Pública ou áreas afins, e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , preferencialmente, em Gestão Pública.
Políticas Públicas	Graduação em Administração Pública, Economia, Ciências Sociais, Gestão Pública ou áreas afins e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , preferencialmente, em Gestão Pública.
Planejamento e Gestão Estratégica de Políticas Públicas	Graduação em Administração Pública, Economia, Ciências Sociais, Gestão Pública ou áreas afins, e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , preferencialmente, em Gestão Pública.
Orçamento Público e Finanças Governamentais	Graduação em Economia, Ciências Contábeis, Administração Pública ou Direito ou áreas afins e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , preferencialmente, em Gestão Pública.
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Graduação em Estatística, Economia, Administração, Gestão Pública, Ciências Sociais ou áreas afins e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , preferencialmente, em Gestão Pública.
Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicadas à Administração Pública	Graduação em Economia, Ciências Contábeis, Administração, Gestão Pública ou Direito ou áreas afins e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , preferencialmente, em Gestão Pública.
Trabalho de Conclusão de Curso	Graduação em qualquer área e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , preferencialmente, em Educação.

PERFIL DO CORPO TÉCNICO ESPECIALIZADO

O Instituto Federal do Tocantins coloca à disposição dos estudantes do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas quadro de servidores técnico-administrativos em número suficiente para atendimento ao estudante do início ao término do respectivo curso. Na composição dessa equipe

(multidisciplinar) de técnicos administrativos, encontram-se profissionais das mais diversas áreas e formação profissional, tais como: pedagogo (responsável por dar suporte pedagógico/andragógico na elaboração dos processos de ensino-aprendizagem); técnico em assuntos educacionais (responsável por auxiliar nas atividades de ensino, planejamento, orientação, supervisionando e gestão); técnico em tecnologia da informação (responsável pelo AVA e infraestrutura de tecnologias de informação e comunicação); assistente em administração (responsável pela administração das atividades rotineiras da unidade para o bom funcionamento dos setores em geral); profissional de programação visual (responsável por desenvolver os vídeos, imagens e demais objetos de aprendizagem em conjunto com os demais profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem).

PERFIL DO TUTOR PRESENCIAL

O curso de Pós-graduação em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas, ofertado na modalidade a distância, contará com apoio presencial nos polos localizados na Escola de Governo de Palmas Tocantins (EGP). Nesses polos, os preceptores do Programa de Residência atuarão como tutores presenciais, exercendo papel fundamental na mediação entre os estudantes e a equipe do curso.

As atribuições dos preceptores-tutores incluem o acompanhamento das atividades presenciais e remotas, o esclarecimento de dúvidas, a orientação quanto ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA *Moodle*) e o incentivo à permanência e ao êxito dos estudantes. Esses profissionais serão responsáveis por estimular a participação ativa nas atividades propostas, articulando-se com os professores mediadores e demais integrantes da equipe pedagógica para garantir a construção coletiva do conhecimento.

Durante o curso, os estudantes poderão acessar o polo presencial sempre que necessário, onde contarão com infraestrutura de apoio composta por laboratórios de informática com acesso à internet, salas de estudo e outros recursos institucionais. Os encontros presenciais previstos no calendário acadêmico constituirão momentos de acompanhamento pedagógico, nos quais serão desenvolvidas atividades como:

Discussão de conteúdos e aprofundamento temático;

- Orientações sobre planejamento de estudo e execução de atividades;

- Avaliação da aprendizagem;
- Apoio na elaboração de trabalhos e projetos;
- Estímulo à troca de experiências entre os estudantes.

As mediações realizadas pelos tutores-presenciais ocorrerão tanto presencialmente quanto por meio do AVA *Moodle* e demais canais de comunicação disponibilizados, conforme as diretrizes pedagógicas de cada disciplina. A presença dos preceptores nos polos representa um elemento-chave para assegurar a integração entre teoria e prática e reforçar o compromisso com a qualidade formativa dos residentes.

PERFIL DO COORDENADOR DE POLO DE APOIO A EAD

O coordenador de polo de apoio a EaD será o responsável pela interação entre professor mediador, tutores e estudantes, assim como pelo acompanhamento e coordenação das atividades de polo, e terá contato permanente com os estudantes, organizando os espaços físicos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades AVA *Moodle*.

São atribuições do coordenador de polo de apoio a EaD:

- Alinhar o corpo docente com a política institucional e as normas regulamentadoras;
- Apoiar as ações gerenciais da Capes e as acadêmicas das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES);
- Acompanhar, executar e coordenar as atividades administrativas do polo;
- Orquestrar, junto às IPES presentes no polo, a distribuição e o uso das instalações para a realização das atividades do curso;
- Garantir a prioridade de uso da infraestrutura do polo às atividades da Universidade Aberta do Brasil (UAB), quando for o caso;
- Articular-se com o mantenedor do polo com o objetivo de prover as necessidades materiais de pessoal e de ampliação do polo;
- Acompanhar as atividades de ensino presenciais no que diz respeito às necessidades administrativas;
- Acompanhar e gerenciar o recebimento de materiais no polo;
- Dialogar e trabalhar de forma integrada e colaborativa com o assistente à docência, os tutores e os alunos;
- Atuar na organização de toda a estrutura de atendimento da tutoria presencial

incluindo definição de horários e escala das sessões, coordenação, aplicação das avaliações e atividades presenciais e posterior acompanhamento.

PERFIL DO TUTOR A DISTÂNCIA

A concepção de um curso de pós-graduação a distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial, pois requer que o foco da aprendizagem esteja no estudante, que deve ser considerado como sujeito ativo do seu aprendizado, desenvolvendo sua autonomia e corresponsabilidade nos estudos, sob orientação do tutor, que atua como mediador no processo de construção do conhecimento do estudante.

A tutoria a distância será exercida somente por servidores do IFTO que sejam graduados na área da disciplina e possuam titulação obtida em pós-graduação *stricto sensu*.

Será considerada a experiência no exercício de tutoria, de modo que os servidores estejam habilitados a dar suporte às atividades docentes; realizar mediação pedagógica entre professor da disciplina e estudante; ter bom relacionamento e praticar interação constante entre professores, estudantes, tutor presencial e coordenação do polo; ter domínio do conteúdo e sejam capazes de orientar e incrementar o aprendizado, dando exemplos, sugerindo atividades e leituras que auxiliem na permanência e na formação dos estudantes.

As atribuições do tutor a distância encontram-se no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, vigente, destacando que os tutores a distância realizam o acompanhamento das atividades dos cursistas no AVA *Moodle* do curso, esclarecendo dúvidas e prestando outras informações.

O desafio da tutoria a distância é o de ultrapassar as barreiras da distância com o estudante, fazendo-se sempre presente e respondendo prontamente às dúvidas e solicitações dos estudantes, com atenção às suas principais dificuldades.

São atribuições dos tutores a distância:

Acompanhar o desenvolvimento do estudante nas disciplinas;

Orientar o estudante para o estudo a distância, incentivando a autonomia da aprendizagem e a organização nos estudos;

Registrar o progresso, as dificuldades e os resultados obtidos pelos estudantes;

Orientar, com clareza, o estudante que apresentar dificuldade para navegar pelo ambiente virtual ou de entender a metodologia adotada no curso;

Discutir, com o auxílio do professor mediador, os conteúdos de cada disciplina;

Acompanhar a avaliação da aprendizagem dos estudantes, bem como a elaboração de relatórios ou outros procedimentos;

Dar suporte ao estudante que esteja tendo dificuldades em acompanhar os conteúdos;

Propor estratégias de estudo;

Orientar os estudantes sobre a importância da pesquisa científica;

Incentivar debates, produções individuais e coletivas;

Corrigir as avaliações, quando for solicitado;

Acompanhar e participar dos fóruns com os alunos;

Fazer um mapeamento, com a finalidade de acompanhamento, dos acessos dos estudantes, como prevenção da evasão;

Promover o sentimento de pertencimento do estudante no curso por meio de propostas de atividades integradoras e comunicação mediada por tecnologia;

Promover um ambiente igualitário e seguro para as manifestações, incentivando a aprendizagem colaborativa, o tratamento igual a todos os participantes, de modo dialógico e inclusivo;

Engendrar feedback construtivo, em linguagem dialógica e interativa, analisando cuidadosamente as respostas individuais, com comentários objetivos referendados nos critérios de avaliação, pontuando considerações sobre como melhorar a produção.

DO COLEGIADO DE CURSO

O colegiado do curso deverá ser composto por todos os docentes, um representante discente e o coordenador do curso. São atribuições do colegiado do curso de pós-graduação: organizar, orientar, fiscalizar e coordenar as atividades do curso; propor quaisquer medidas julgadas úteis ao funcionamento do curso, conforme estabelece a legislação vigente.

OS AMBIENTES E EQUIPAMENTOS

SALA DE PROFESSORES

A sala de apoio às atividades de professores é um espaço compartilhado de 35 metros quadrados onde outros servidores também trabalham. A sala conta com dois aparelhos de ar-condicionado de 18.000BTUs, seis estações de trabalho com mesa, cadeira e computador, três armários e mesa-redonda para reuniões. Fica localizada no prédio da Reitoria, 2º andar, na Avenida Joaquim Teotônio Segurado Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul, 77.020-450 Palmas - TO. Além desse espaço administrativo, os professores deverão utilizar o espaço de estúdio devidamente preparado e equipado com recursos audiovisuais e pessoal de apoio técnico sempre que estiverem ministrando suas componentes curriculares. Para tanto, deverá ser realizado agendamento para utilização do espaço.

SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO

A sala de apoio às atividades dos coordenadores é um espaço compartilhado de 35 metros quadrados onde outros servidores também trabalham. A sala conta com dois aparelhos de ar-condicionado de 18.000BTUs, seis estações de trabalho com mesa, cadeira e computador, três armários e mesa-redonda para reuniões. Fica localizada no prédio da Reitoria do IFTO, 2º andar, na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul, 77.020-450 Palmas - TO.

SALAS DE AULA

Nos polos de apoio presencial, as salas de aula compreendem ambientes equipados com computadores conectados à Internet, bem como estrutura para as teleaulas: TV ou projetor multimídia, mesas e cadeiras para tutor/coordenador e mesas escolares, nas quais seja possível alternar os braços para atender à demanda de estudantes canhotos. Toda a estrutura dos polos deve estar disponível e pronta para atender aos estudantes em turnos variados e às demandas dos cursos ofertados pelo CREAD.

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

A infraestrutura de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TICs) possibilita a execução integral do projeto do curso.

O *Moodle* será o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado, pois possibilita a interação entre professor, tutor, estudante tanto de forma síncrona como de forma assíncrona. Apresenta recursos como chats, fóruns, acesso a materiais didáticos e a vídeos, entre outros, que permitem a cooperação e o acompanhamento dos estudantes pelo professor mediador, tutores presenciais e a distância e coordenador do curso.

O AVA *Moodle* possui recursos e tecnologias apropriadas com módulos de acessibilidade que permitem a postagem e o armazenamento de conteúdos, que poderão ser acessados pelos estudantes. Permite a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental, comunicacional e possibilita atividades avaliativas periódicas devidamente documentadas, de modo que seus resultados sejam efetivamente utilizados em ações de melhoria contínua.

Conforme Diretrizes Curriculares Institucionais para Educação a Distância do Instituto Federal do Tocantins (DCI-EaD-IFTO), a manutenção e o suporte do curso no AVA institucional serão realizados pelo coordenador técnico, e as demandas deverão ser solicitadas via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) à Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTI).

AMBIENTES DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

O ambiente didático especializado está plenamente adaptado para a modalidade de ensino a distância, utilizando tecnologias de informação e comunicação (TICs), com infraestrutura de banda larga de alta velocidade, que permite o uso intensivo de plataformas de aprendizagem virtual no prédio da Reitoria do IFTO, 2º andar, situado na Avenida Joaquim Teotônio Segurado Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul, 77020-450, Palmas - TO.

Nesse mesmo local, foram planejados espaços específicos para a realização de aulas telepresenciais, destacando-se um estúdio equipado para gravação e transmissão de aulas ao vivo.

A estrutura tecnológica disponível contempla equipamentos apropriados para a gravação de aulas técnicas, tutoriais, objetos de aprendizagem e materiais audiovisuais diversos, tanto em ambientes internos quanto externos ao estúdio. Essa capacidade técnica permite, por exemplo, a realização de gravações *in loco* de práticas profissionais, entrevistas, enquetes e vídeos institucionais, ampliando as possibilidades metodológicas e didáticas dos cursos ofertados na modalidade a distância.

BIBLIOTECA

Além da estrutura física dos polos de apoio presencial nos municípios, os estudantes do IFTO têm acesso gratuito ao SOPHIA, plataforma de gestão de biblioteca projetada para fornecer aos usuários um sistema seguro e integrado para organização do acervo, gestão de empréstimo, consultas e renovações. Para utilizá-la, basta que o estudante tenha acesso à internet, matrícula ativa e siga as instruções de cadastramento disponíveis no Portal do IFTO.

REFEITÓRIO

Não se aplica.

ESPAÇO DE VIVÊNCIA DISCENTE

Não se aplica

AMBIENTE DE ACESSO A TICs

Com o objetivo de oferecer suporte às atividades colaborativas do curso ofertado, os ambientes de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão devidamente estruturados para atender às necessidades de docentes, coordenadores, mediadores e estudantes.

No âmbito do CREAD, a estrutura disponibilizada aos profissionais envolvidos nas ações pedagógicas inclui uma sala de reuniões, espaço reservado para uso de

notebooks, mesas, cadeiras e conexão à internet banda larga, garantindo condições adequadas para planejamento, acompanhamento e mediação dos cursos.

POLOS DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Os polos de educação a distância poderão funcionar como um ambiente de acesso às TDICs. A respeito dos polos de Educação a Distância, o art. 11 da Portaria 11/2017 estabelece que:

O polo EaD deverá apresentar identificação inequívoca da IES responsável pela oferta dos cursos, manter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao projeto pedagógico dos cursos a ele vinculados, ao quantitativo de estudantes matriculados e à legislação específica, para a realização das atividades presenciais, especialmente:

- I - salas de aula ou auditório;
- II - laboratório de informática;
- III - laboratórios específicos presenciais ou virtuais;
- IV - sala de tutoria;
- V - ambiente para apoio técnico-administrativo;
- VI - acervo físico ou digital de bibliografias básica e complementar;
- VII - recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação -TIC; e
- VIII - organização dos conteúdos digitais.

O art. 20 da Resolução Consup/IFTO n.º 46, de 6 de maio de 2021, estabelece que:

Art. 20. Para a implantação e o funcionamento de um polo de educação a distância, orienta-se a seguinte infraestrutura:

- I - salas administrativas;
- II - laboratório de informática ou sala multimídia;
- III - laboratórios específicos, quando exigidos no PPC;
- IV - sala de estudo com acesso à biblioteca sica, no caso, para oferta de cursos de nível médio;
- V - sala de estudo com acesso à biblioteca virtual e bases de dados, no caso, para oferta de cursos de pós-graduação;
- VI - sala(s) de aula/webconferência compatível(is) com a proposta do curso;
- VII - acesso à Internet disponível em todos os espaços do polo, para uso dos estudantes, professores e quadro administrativo;
- VIII - computadores ou outros dispositivos similares que permitam o acesso à Internet, com número mínimo de cinquenta por cento da quantidade das vagas por turma;
- IX - equipamentos para a realização de webconferências compatíveis com a proposta do curso;
- X - identificação do polo de educação a distância; e
- XI - adoção ou garantia de medidas de acessibilidade em toda a estrutura.

Destaca-se que as infraestruturas mínimas constam do Quadro 5, que segue:

Quadro 5: Descrição resumida dos espaços e equipamentos dos Polos

Conexão à internet banda larga	Sim
--------------------------------	-----

Sala de coordenação do polo	Sim
Equipamento para vídeo conferência - utiliza-se as disponíveis pelo meet.	Sim
Salas equipadas para o atendimento pelos tutores, com carteiras e mobiliários	Sim
Microcomputadores	Sim
Espaço para estudo	Sim
Banheiros	Sim
Bebedouros	Sim

Os polos escolhidos possuem estrutura física e de lógica (internet) necessárias para o adequado funcionamento do curso e acolhimento dos estudantes, nos termos da Portaria Normativa MEC N.º 11, de 20 de junho de 2017, e do art. 20 da Resolução Consup/IFTO n.º 46, de 6 de maio de 2021. Todos os polos contam com tutores presenciais que auxiliam os estudantes no uso de tecnologias, se necessário. Assim, são os ambientes especializados que dão todo o suporte para as atividades a serem realizadas por meio de tecnologias.

Preconiza-se que as salas de aula deverão ser equipadas com aparelho de ar-condicionado, quadro branco, equipamento de *datashow*, mesa e cadeira para o professor/tutor e mesas escolares para os alunos, nas quais é possível alternar os braços para atender à demanda de alunos canhotos.

A organização do curso prevê a utilização de polos presenciais como espaços de apoio pedagógico, administrativo e técnico, concentrados na sede da Escola de Governo de Palmas (EGP). Esses polos funcionarão como centros de referência para a execução das atividades práticas da residência, bem como para encontros presenciais planejados. Os preceptores designados para os polos desempenharão papel fundamental como tutores presenciais, sendo responsáveis pelo acompanhamento da trajetória formativa dos residentes, orientação das atividades práticas e articulação entre as demandas institucionais da Prefeitura de Palmas e os objetivos formativos do curso.

DO APRIMORAMENTO CONTÍNUO DO PROJETO DE CURSO

Ao final de cada semestre letivo, a Coordenação de Curso deverá atuar ao processo principal do PPC os seguintes relatórios:

RELATÓRIO SOBRE ACESSO ESTUDANTIL

Ingresso de estudante, diferente do processo seletivo;
Grau de satisfação pelo serviço prestado aos estudantes ingressantes (conforme instrumento utilizado pela CPA, descrevendo as estratégias de saneamento para os possíveis apontamentos negativos).

RELATÓRIO SOBRE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Média de desempenho dos estudantes da turma;
Panorama de solicitações de aproveitamento e proficiência, indicando os respectivos editais;
Quantidade, título, autores e veículo de todos os artigos publicados ao longo do semestre;
Relação dos projetos de ensino dos quais os estudantes do curso estejam participando como desenvolvedores;
Relação de projetos de extensão, contendo os nomes dos estudantes do curso de que estejam participando como desenvolvedores;
Relação de projetos de pesquisa, contendo os nomes dos estudantes do curso de que estejam participando como desenvolvedores;
Relação de visitas técnicas realizadas no decorrer do semestre;
Registro de ocorrência de indisciplina;
Grau de satisfação pelo serviço prestado aos estudantes em curso, quanto à permanência estudantil (conforme instrumento utilizado pela CPA, descrevendo as estratégias de saneamento para os possíveis apontamentos negativos).

RELATÓRIO SOBRE ÊXITO ESTUDANTIL

- Número absoluto de estudantes matriculados, concluintes, evadidos e desistentes;
- Percentual de concluintes em relação ao número de matriculados;
- Quantidade, título, autor e orientador de todos os trabalhos de conclusão de curso apresentados ao final de cada semestre, com link para o trabalho disponível digitalmente em repositório institucional;
- Grau de satisfação pelo serviço prestado aos estudantes concluintes (conforme instrumento utilizado pela CPA, descrevendo as estratégias de saneamento para os possíveis apontamentos negativos).

RELATÓRIO SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO

- Apresentar a média de desempenho dos estudantes da turma;
- Apresentar panorama de solicitações de aproveitamento e proficiência, indicando os respectivos editais;
- Apresentar a quantidade, o título, os autores e o veículo de todos os artigos publicados ao longo do semestre;
- Apresentar relação de projetos de ensino dos quais os estudantes do curso estejam participando como colaboradores;
- Apresentar relação de projetos de extensão dos quais os estudantes do curso estejam participando como colaboradores;
- Apresentar relação de projetos de pesquisa dos quais os estudantes do curso estejam participando como colaboradores;
- Apresentar relação de visitas técnicas realizadas no decorrer do semestre;
- Apresentar registro de ocorrência de indisciplina;
- Apresentar grau de satisfação pelo serviço prestado aos estudantes em curso (conforme instrumento utilizado pela CPA, descrevendo as estratégias de saneamento para os possíveis apontamentos negativos).

RELATÓRIO SOBRE INFRAESTRUTURA

Apresentar melhoramentos realizados na infraestrutura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>. Acesso em: 1º abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Resolução CNE/CES n. 01/2007, de 8 de junho de 2007. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, p. 9, de junho de 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf Acesso em: 1º abr. de 2022.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 6 jan. 2026.

BRASIL. **Parecer CNE/CES n.º 637/2025, aprovado em 20 de outubro de 2025** - Diretrizes e normas para a oferta dos cursos de Pós-graduação Lato Sensu, denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme previsto no art. 39, § 3º, da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/outubro-2025/pces637_25.pdf. Acesso em: 6 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto n.º 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm Acesso em: 6 jan. 2026.

CARRERA, B.; MAZZARELLA, C. Vygotsky: enfoque sociocultural. **Educere**, v. 5, n. 13, p. 40-44, 2001.

CAVALCANTE, Pedro L. **Gestão Pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

COSTA, M.S.P. Maria Montessori e seu método. **Linhas críticas**, v. 7, n. 13, p. 305-320, 2001.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: _____. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024)**. Palmas-TO, IFTO, 2019. 218p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO. **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do Instituto Federal do Tocantins**. Aprovado pela Resolução n.º 24/2011/CONSUP/IFTO, de 16 de dezembro de 2011, alterado pela Resolução n.º 45/2012/CONSUP/IFTO, de 19 de novembro de 2012 e alterado pela Resolução n.º 51/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016. 189 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO. **Regulamento norteia a organização didático-pedagógica dos cursos de pós-graduação lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO**. Foi elaborado a partir do Regulamento Geral da Pós-graduação Lato Sensu, aprovado pela Resolução n.º 22/2010/IFTO, de 10 de dezembro de 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - IFTO. **Resolução** n.º 63/2020/CONSUP/IFTO, de 11 de novembro de 2020 do Instituto Federal do Tocantins, que estabeleceu os procedimentos para criação, implantação, execução, alteração e encerramento de cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação no âmbito do Instituto Federal do Tocantins. 37 p.

GONDIM, S.M.G. *et al.* Da descrição do caso à construção da teoria ou da teoria à exemplificação do caso? Uma das encruzilhadas da produção de conhecimento em administração e áreas afins. **O&S**, v.12, n. 35, p. 47-68, 2005.

MACEDO, L. de. **Ensaaios construtivistas**. 6ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MACHADO, Dinamara Pereira. **Educação a distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem. 1. ed. São Paulo: Editora Érica, 2015.

MOORE. Michael G. KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, M. **Educação online**: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

APÊNDICE A - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

	Disciplinas	C/H Presencial*	C/H EaD	C/H Total*
	Ambientação em Educação a Distância	6	24	30
	Estado, Governo e Sociedade	6	24	30
	Políticas Públicas	12	48	60
	Planejamento e Gestão Estratégica de Políticas Públicas	12	48	60
	Orçamento Público e Finanças Governamentais	6	24	30
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	12	48	60
	Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicadas à Administração Pública	6	24	30
	Trabalho de Conclusão de Curso	20	40	60
	Total	80	280	360
	Porcentagens	20%	80%	100%

*hora 60 min.

APÊNDICE B - EMENTÁRIO

Módulo 1

EMENTA					
Unidade Curricular:	Ambientação em Educação a Distância				
Período	01	CH Presencial	6 h (20%)	CH Teórica (%):	50
CH Total (horas):	30	CH a Distância	24 h (80%)	CH Prática (%):	50
HABILIDADES					
Compreender os conceitos fundamentais da Educação a Distância. • Reconhecer e utilizar as principais ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), incluindo fóruns, tarefas, materiais didáticos, avaliações e recursos de comunicação. • Desenvolver autodidatismo e capacidade de acessar, explorar e utilizar o AVA de forma autônoma. • Utilizar recursos tecnológicos (documentos colaborativos, vídeos, formulários, apresentações, entre outros) como suporte ao aprendizado e à produção acadêmica. • Desenvolver estratégias para planejamento, cumprimento de prazos e gestão de tempo. • Compreender materiais didáticos digitais, normas acadêmicas, e produzir atividades escritas conforme critérios científicos e institucionais. • Atuar de forma colaborativa em atividades em grupo, respeitando prazos, papéis e diversidade de opiniões no ambiente virtual. • Compreender e aplicar princípios éticos relacionados ao uso das tecnologias, direitos autorais, plágio, proteção de dados e convivência respeitosa nos ambientes online.					
CONTEÚDOS					
Acesso e Navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Concepção, história e legislação em EaD. Acesso a conteúdos, textos, imagens e vídeos através do AVA. Realizar atividades e enviar arquivos no AVA. Diversificação dos objetos de ensino-aprendizagem. Acessar fóruns, chats, mensagens no AVA e notas do curso.					
BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA	MACHADO, Dinamara Pereira. Educação a distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem. 1. ed. Editora Érica, 2015. • MOORE. Michael G. KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.				
COMPLEMENTAR	BENTO, D. A produção do material didático para EaD. São Paulo: Cengage, 2017. DA SILVA, Robson Santos. Ambientes virtuais e multiplataformas online na EAD: didática e design tecnológico de cursos digitais. Novatec Editora, 2015.				

EMENTA					
Unidade Curricular:	Estado, Governo e Sociedade				
Período	01	CH Presencial	6 h (20%)	CH Teórica (%):	70
CH Total (horas):	30	CH a Distância	24 h (80%)	CH Prática (%):	30
HABILIDADES					
• Apresentar e debater conceitos básicos de formação do Estado, instituições públicas e políticas públicas. • Analisar criticamente as transformações no papel do Estado. • Apresentar as fases do ciclo de políticas públicas e suas correlações com os conceitos de Estado e governo.					
CONTEÚDOS					
Noções de Estado, Governo e Sociedade. O Estado liberal e o Estado do bem-estar social. Administração pública. Governança Pública. Ciclo de políticas públicas. Estratégias de gestão de políticas públicas e novos arranjos institucionais.					
BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA	Arretche, M. T. S. (1995). Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. <i>BIB</i>, 39, 3–40. Bobbio, N. (1987). Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Dahl, R. (1961). Who governs? Democracy and power in an American City. New Haven: Yale Press. Lipsky, M. (2019 [1980]). Burocracia de nível da rua. Brasília: ENAP, Cap. 1.				
COMPLEMENTAR	Cobb, W. R.; Elder, C. V. (1971). The politics of agenda building: an alternative perspective for modern democratic theory. <i>Journal of Politics</i>, 33. Marques, E.; Faria, C., C. A. P. (orgs.). (2018). A política pública como campo interdisciplinar. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz. Parsons, W. (1995). Public Policy: An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis. United Kingdom: Edward Elgar Publishing. Pires, R.; Lotta, G.; Oliveira, V. E. (orgs.). (2018). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea; Enap.				

EMENTA					
Unidade Curricular:	Políticas Públicas				
Período	01	CH Presencial	12 h (20%)	CH Teórica (%):	70
CH Total (horas):	60	CH a Distância	48 h (80%)	CH Prática (%):	30
HABILIDADES					
Conhecer e analisar a Gestão Pública: conceitos-chave, paradigmas e modelos de gestão. Entender e dialogar sobre o Estado e paradigmas na gestão pública contemporânea: nova gestão pública (new public management – NPM), novo serviço público (new public service – NPS) e nova governança pública (new public governance – NPG). o Ciclo de políticas públicas. Compreender a Gestão Pública Contemporânea, a orientação para resultados e a gestão do desempenho nas políticas públicas; a discricionariedade e a integridade nas organizações públicas. Identificar as tendências na administração pública e modelos – princípios, métodos, instrumentos, ferramentas e técnicas.					
CONTEÚDOS					
Introdução à Gestão Pública: conceitos-chave - evolução, disciplinas, paradigmas (estatocêntrico e sociocêntrico) e modelos de gestão (patrimonialismo e burocracia). Transformações do Estado e paradigmas na gestão pública contemporânea: nova gestão pública (new public management – NPM), novo serviço público (new public service – NPS) e nova governança pública (new public governance – NPG). Contrastes e complementaridades entre os paradigmas clássico e contemporâneo da gestão pública e o hibridismo de modelos de gestão. Agenda de políticas públicas e a negociação na esfera social. Implementação de políticas públicas e agentes públicos. Debate de casos contemporâneos de políticas públicas.					
BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA	- CAVALCANTE, Pedro L. Gestão Pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. Texto para Discussão Ipea nº 2319. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. - LYNN JR, Laurence. Gestão Pública. In: Guy Peters, B.; Pierre, J. (orgs). Administração Pública – Coletânea. São Paulo, Ed. Unesp Enap, 2010. MEZZOMO KEINERT, Tânia M. Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-1992). Revista de Administração de Empresas, vol. 34, n. 3, mai. 1994 - COELHO, Fernando de S. Reformas e inovações na gestão pública no Brasil contemporâneo. In: CARNEIRO BRASILIENSE, José Mario; DANTAS, Humberto (orgs). Parceria Social Público Privado: textos de referência, v. 1, p. 37-52, 2012. - SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de administração pública, v. 43, p. 347-369, 2009. - Lipsky, M. (2019 [1980]). Burocracia de nível da rua. Brasília: ENAP, Cap. 1.				
COMPLEMENTAR	KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume, 2000.				

	CAVALCANTE, Pedro <i>et al.</i> Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: IPEA, 2017. LIPSKY, M. (2019 [1980]). Burocracia de nível da rua. Brasília: ENAP, Cap. 1. WILSON, Woodrow. O Estudo da Administração (RSP Revisitada). Revista do Serviço Público, vol. 56, n. 3, jul. 2005.
--	---

EMENTA					
Unidade Curricular:	Planejamento e Gestão Estratégica de Políticas Públicas				
Período	01	CH Presencial	12 h (20%)	CH Teórica (%):	70
CH Total (horas):	60	CH a Distância	48 h (80%)	CH Prática (%):	30
HABILIDADES					
Identificar a função planejamento: tipos de planejamento; planejamento estratégico; planejamento estratégico situacional. Conhecer e analisar criticamente práticas de Governança Pública e o conceito de problema para o planejamento governamental. Entender e dialogar sobre o Ciclo de políticas públicas, antecedentes e conceitos básicos do novo modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão. Identificar e aplicar estratégias de gestão de políticas públicas e novos arranjos institucionais.					
CONTEÚDOS					
Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Políticas Públicas e Planejamento Estratégico Situacional. Governança e Governabilidade; Programas de Governo; Participação Social no Planejamento Público. Histórico dos planos estratégicos governamentais no Brasil.					
BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA	- MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. - MINTZERG, Henry. Safari de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010. - MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002. - PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.				
COMPLEMENTAR	- ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. - BALDO, Rafael Antonio. Novos horizontes para a gestão pública. Curitiba: Juruá, 2013. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.				

MÓDULO 2

EMENTA					
Unidade Curricular:	Orçamento Público e Finanças Governamentais				
Período	02	CH Presencial	6 h (20%)	CH Teórica (%):	70
CH Total (horas):	30	CH a Distância	24 h (80%)	CH Prática (%):	30
HABILIDADES					
Entender o ciclo orçamentário e as normas legais que regem o orçamento público. Analisar o financiamento das políticas públicas a partir de fontes diversas e mecanismos de transferências intergovernamentais. Relacionar planejamento e orçamento na definição de prioridades e alocação de recursos. Avaliar criticamente os instrumentos de execução orçamentária (emendas, convênios, contratos de repasse, entre outros). Ter uma compreensão mais ampla da economia, das relações e implicações do orçamento público e das finanças públicas com o mercado, a sociedade e as políticas públicas. Leitura crítica do orçamento sob a ótica das prioridades sociais.					
CONTEÚDOS					
Princípios e fundamentos do orçamento público no Brasil. Planejamento orçamentário e financeiro: PPA, LDO e LOA. Fontes de financiamento e regimes fiscais. Transferências constitucionais, voluntárias e fundos públicos. Mecanismos de controle e responsabilidade fiscal. Relação entre orçamento, planejamento e execução de políticas públicas. Elaboração de Projetos e Captação de Recursos.					
BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA	- ARAÚJO, R. J. R.; QUEIROZ, D. B.; PAULO, E. Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar. Revista de Administração Pública (RAP). Vol. 56, N.º 6, 2023 - BIDERMANN, Ciro et al. (Ed.). Economia do setor público no Brasil. Elsevier, 2005. - ALBUQUERQUE E, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. Gestão das finanças públicas – fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2ª edição. Brasília: 2008. - GIAMBIAGI, F.; ALÉM, F. Finanças Públicas: teoria e Prática no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015. - VIGNOLI, F. H. FUNCIA, F. R. Planejamento e orçamento público. Série Gestão Pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.				
COMPLEMENTAR	- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia do Setor Público. Florianópolis: Editora UFSC, 2014. - GIANNETTI, E. O Valor do Amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.				

EMENTA					
Unidade Curricular:	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas				
Período	02	CH Presencial	12 h (20%)	CH Teórica (%):	70
CH Total (horas):	60	CH a Distância	48 h (80%)	CH Prática (%):	30
HABILIDADES					
Analisar a importância da avaliação como ferramenta de gestão pública. Identificar a relevância da avaliação na formulação e ajuste de políticas públicas. Analisar o histórico da avaliação no setor público, classificação e tipos de avaliações mais utilizadas. Entender os Indicadores de Resultados nas políticas públicas. Compreender as metodologias mais utilizadas em avaliação de programa, métodos quantitativos, qualitativos e métodos mistos. Planejar e programar um sistema conceitual de monitoramento e avaliação, contendo os respectivos planos de monitoramento e de avaliação.					
CONTEÚDOS					
Análise da avaliação como ferramenta de gestão pública. Apresentação da relevância da avaliação na formulação e ajuste de políticas públicas. Histórico da avaliação no setor público. Classificação e tipos de avaliações mais utilizadas. Indicadores de Resultados. Revisão das metodologias mais utilizadas em avaliação de programas. Métodos quantitativos e qualitativos. Métodos mistos. Estudos de caso em avaliação de programas.					
BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA	- AMORAS, C, F; RODRIGUES, G, L. Avaliação das Políticas Públicas Revista Espaço Acadêmico, n.º 101, 2009. - DAHRENDORF, Ralph. Avaliação de desempenho na Administração Pública, Público. 2004. - OTTONI, C. Indicadores Sociais na Formulação de Políticas Públicas Federais Brasileiras: Teoria e Prática. Mestrado em Gestão Social e do Trabalho. Universidade de Brasília, 180p, 2006. - PALVARINI, Bruno. Guia referencial de mensuração do desempenho na administração pública. 2010.				
COMPLEMENTAR	- BRASIL. Ministério do Planejamento e Gestão. Diálogos Setoriais União Europeia Brasil. Projeto apoio aos diálogos setoriais União Europeia-Brasil. Relatório Experiências de Inovação no Setor Público. 2016. https://drive.google.com/file/d/0B49G0bFwtE9kMIYxSzhnaGNVjQ/view. - GUIMARÃES, J R S; JANNUZZI, P M. Indicadores Sintéticos e suas Aplicações em Políticas Públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira Est. Urbanos e Regionais. Salvador, v 7 n 1 p. 73-89, 2005. - CASSIOLATO, M; GUERESI, S. Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação – Nota técnica. Brasília: IPEA, 2010.				

EMENTA					
Unidade Curricular:	Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicadas à Administração Pública				
Período	02	CH Presencial	6 h (20%)	CH Teórica (%):	70
CH Total (horas):	30	CH a Distância	24 h (80%)	CH Prática (%):	30
HABILIDADES					
Identificar o papel da metodologia em um trabalho científico; Caracterizar os elementos metodológicos essenciais à pesquisa bibliográfica; Distinguir técnicas de pesquisa quantitativa de técnicas qualitativas de pesquisa; Identificar os principais tópicos em metodologia necessários à elaboração de projetos de pesquisa; Identificar diferentes técnicas de coleta de dados em pesquisa; Descrever os principais tópicos da metodologia e dos resultados de uma pesquisa em um trabalho científico de administração com ênfase na Políticas Públicas.					
CONTEÚDOS					
Aspectos introdutórios ao estudo da pesquisa científica. Conhecimento científico na Administração: pesquisa científica: teórica e empírica; estudos exploratórios e descritivos; TCR; pesquisa bibliográfica; pesquisas qualitativa, quantitativa e mistas; métodos e técnicas de pesquisa. Projeto de pesquisa: desenho de pesquisa; problema, hipóteses; referencial teórico; diferentes técnicas de pesquisa (pesquisa documental; entrevistas; grupo focal; observação; survey); definição da metodologia de pesquisa; normas da ABNT: citações e referências. Estruturação de um projeto de pesquisa. Atividade orientada de pesquisa científica em banco de dados computadorizados em plataformas digitais (CAFe/CAPES). Levantamento de artigos científicos, dissertações e teses (BDTD) para a revisão de literatura. Entrega de pré-projeto de pesquisa científica – PowerPoint (Capa, folha de rosto, listas, sumário, introdução; referencial teórico, metodologia; cronograma; referências, apêndice, anexo).					
BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA	• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: 2023. • DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, cap.1 • GONDIM, S.M.G. <i>et al.</i> Da descrição do caso à construção da teoria ou da teoria à exemplificação do caso? Uma das encruzilhadas da produção de conhecimento em administração e áreas afins. O&S, v.12, n.35, p.47-68, 2005. • NEVES, J.L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v.1, n.3, 2. sem., 1996.				
COMPLEMENTAR	DATAFOLHA, (2013). Pesquisa Nacional de Vitimização – Questionário SENASP. Maio de 2013. GIL, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (Vol.				

	4, p. 175). São Paulo: Atlas. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Dados Nacionais de Segurança Pública. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica Acesso em: 2024.
--	---

EMENTA					
Unidade Curricular:	Trabalho de Conclusão de Curso ou Residência				
Período	01	CH Presencial	12 h (20%)	CH Teórica (%):	70
CH Total (horas):	60	CH a Distância	48 h (80%)	CH Prática (%):	30
HABILIDADES					
Criar saberes para uma formação interdisciplinar, de modo a viabilizar sua inserção na realidade da pesquisa, aliada à contribuição de outros profissionais aos seus conhecimentos teórico-práticos, e assim, contribuir para maior interação entre ensino de pós-graduação, pesquisa e serviço. Realizar experiências acadêmico-científicas de forma a complementar o processo de ensino/aprendizagem, visando ao aprimoramento da formação profissional; Desenvolver estudo teórico e de campo sobre um determinado tema da realidade social, contextualizando e apreendendo-o criticamente. Planejar e desenvolver um trabalho de intervenção alinhado à realidade institucional. Aplicar os conhecimentos adquiridos nos módulos do curso à resolução de problemas práticos de políticas públicas. Sistematizar dados e evidências em relatórios técnico-científicos. Comunicar resultados de forma clara e fundamentada, contribuindo para a tomada de decisão na gestão pública.					
CONTEÚDOS					
Desenvolvimento de um trabalho de intervenção aplicado à realidade institucional ou territorial do aluno, com o objetivo de propor melhorias, inovações ou reestruturações em políticas, programas ou serviços públicos. O trabalho deverá articular teoria, metodologia e prática, apresentando fundamentação técnica e científica, diagnóstico do problema, proposta de solução e plano de implementação. Acompanhamento por professor orientador e apresentação final em banca.					
BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA	• CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010 / 2- • GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. • MARTINS, G. A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000. • Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (Vol. 4, p. 175). São Paulo: Atlas.				
COMPLEMENTAR	• NOGUEIRA, Valnice de Oliveira et al. Manual para elaboração do Trabalho de Conclusão de Residência. 2023. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/06/1437390/tcr-coremu-arquivo.pdf. Acesso em 06 jan 2026. • https://emas.prefeitura.sp.gov.br/midiateca/.				

APÊNDICE C - PORTARIA DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria

PORTARIA REI/IFTO Nº 1264/2025, DE 07 DE AGOSTO DE 2025

A REITORA EM SUBSTITUIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeada pela Portaria REI/IFTO nº 1.274, de 11 de agosto de 2025, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico em 11 de agosto de 2025, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar as servidoras relacionadas abaixo para, sob a presidência da primeira, compor a comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de pós-graduação *lato sensu* em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas vinculado ao Programa de Inovação e Desenvolvimento Profissional em Residência Jurídica, Gestão Pública e Multidisciplinar, ofertado por demanda, por meio da parceria entre o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) e a Prefeitura Municipal de Palmas (Parceria entre órgãos de Governo), nos termos da Lei Municipal nº 2.986, de 16 de novembro de 2023, e suas alterações, conforme segue:

Servidor	Matrícula Siape	Unidade
Gislaine Pereira Sales Guimarães	1646545	Reitoria
Paula Karini Dias Ferreira Amorim	1836150	Reitoria
Taísa Resende de Moraes Vieira	2235767	Reitoria
Janaína Maria Andrade Aires	1481857	Palmas
Khellen Cristina Pires Correia Soares	1981696	Palmas

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de noventa dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Encaminhe-se à Diretoria de Gestão de Pessoas para providências.

LEILA CAROLINE COELHO RODRIGUES Malfatti
Reitora em substituição do Instituto Federal do Tocantins



Documento assinado eletronicamente por Leila Caroline Coelho Rodrigues Malfatti, Reitora em Substituição, em 11/08/2025, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftoc.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2860528 e o código CRC 86CC8C57.

APÊNDICE D - PORTARIA DE REVISOR TEXTUAL E LINGÜÍSTICO DO PPC



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria

PORTARIA REI/IFTO Nº 106/2026, DE 29 DE JANEIRO DE 2026

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, reconduzido pelo Decreto Presidencial de 9 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2022, seção 2, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar o servidor Marco Aurélio Pereira Mello, matrícula Siape nº 1982734, como revisor textual e linguístico do Projeto Pedagógico do Curso de pós-graduação *lato sensu* em Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas vinculado ao Programa de Inovação e Desenvolvimento Profissional em Residência Jurídica, Gestão Pública e Multidisciplinar, ofertado por demanda, por meio da parceria entre o Instituto Federal do Tocantins e a Prefeitura Municipal de Palmas, nos termos da Lei Municipal nº 2.986, de 16 de novembro de 2023, e suas alterações, elaborado pela comissão instituída pela portaria Portaria REI/IFTO nº 1264/2025, de 7 de agosto de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de trinta dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Encaminhe-se à Diretoria de Gestão de Pessoas para providências.

ANTONIO DA LUZ JÚNIOR
Reitor do Instituto Federal do Tocantins



Documento assinado eletronicamente por Antonio da Luz Júnior, Reitor, em 30/01/2026, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftoc.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3054235 e o código CRC 89C5C979.